

Gestora

1 – O gestor do fundo, está devidamente autorizado para exercer a função pela CVM?

Sim. A Itaú Asset Management (IAM) possui registro das principais autoridades regulatórias em que a empresa possui atua: CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BACEN (Banco Central do Brasil).

2- Os profissionais da gestão que possuem alçada para decisão sobre aplicações, estão devidamente certificados, nos termos do código ANBIMA?

Sim. Os profissionais estão devidamente certificados para exercer suas respectivas funções.

3- A gestora recebe rebate pela alocação em ativos financeiros, quais as regras?

A empresa não recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão.

4- Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Existem contratos de distribuição de fundos e contratos de rebate. Para mais informações, o gerente de relacionamento responsável pode ser consultado.

5- Na compra de um ativo como é feita a distribuição nos fundos da entidade?

As regras e os procedimentos para divisão e monitoramento de ordens seguem os princípios fiduciários, ou seja, tratam de forma equânime todas as carteiras e fundos, respeitando as vedações e/ou restrições de cada mandato. Toda ordem executada a um grupo de fundos/carteiras deve ser previamente especificada ao cliente final (fundo, carteira administrada ou agrupamento de fundos/carteiras administradas). Sua distribuição deve respeitar o preço médio do lote de negociação e também ser proporcional aos seus respectivos patrimônios. A Área de Riscos verifica periodicamente se o modelo de distribuição de ordens está sendo cumprido, segundo a política setorial de distribuição de ordens. Os gestores inserem as ordens no sistema Charles River, que automaticamente verifica se estão de acordo com a política de investimento de cada fundo/carteira. Ao serem aprovadas, as ordens são direcionadas para a mesa de trading, que as executa.

6- Existe pré-boletagem?

As ordens de compra e/ venda são processadas através do sistema Charles River, uma solução de software com múltiplas classes de ativos e multi-moeda que fornece STP (Straight Through Processing) completo em uma plataforma simples e consolidada. A seguir, é realizada uma simulação de enquadramento da operação (pré-trading). Se o enquadramento for bem-sucedido, é enviada uma ordem de compra e/ venda pelo próprio software. A Superintendência de Trading recebe a solicitação da operação, informa a ordem à Corretora, através de sistema próprio, via Protocolo FIX. A corretora efetua a ordem e envia a confirmação da compra/venda, efetuada em tempo real.

O sistema Crims recebe as informações de confirmação via FIX e envia as ordens para o Middle Office. Este, por sua vez, confere os dados e os compara com a contraparte. Depois desta checagem com a contraparte, o Middle Office aprova a operação, que é enviada para as clearings e para o sistema de contabilidade interno. Tais procedimentos são realizados para todos os papéis negociados, garantindo o correto fechamento da operação e mitigando possíveis erros de execução de ordens.

Procedimento de checagem das posições das carteiras e custódia: O procedimento de checagem das posições das carteiras é realizado pela área de Conciliação do Back Office em D+1. É conferida a posição das carteiras registradas nas clearings e a posição registrada nos sistemas internos de contabilidade. Além desse procedimento, existe a área de Riscos que efetua independentemente a precificação dos títulos para

cada uma das carteiras, garantindo o correto registro das operações realizadas e das posições das carteiras.

7- Como funciona o chinês wall em caso de a gestora possuir outras atividades? A estrutura organizacional do Banco Itaú foi concebida nos anos sessenta, com a criação do Banco Itaú de Investimentos, primeiro banco brasileiro de investimentos, de forma a segregar integralmente as atividades da Tesouraria, responsável pela gestão dos recursos próprios da organização, e as atividades da Área de Administração de Ativos, responsável pela gestão de recursos de terceiros.

Dessa forma, sempre ficou garantido o rigor necessário no cumprimento da política de gestão de conflitos de interesses, observando o conceito de best execution, fundamental para a preservação dos interesses dos clientes e da boa imagem da Organização.

Essa estrutura veio proporcionar a consolidação dos conceitos de gestão de recursos de terceiros, instituídos ao longo de todos esses anos pela organização, bem como possibilitou aprimorar nossa filosofia de gestão, sempre orientada por uma visão de médio e longo prazo, que traga resultados desejados para os nossos clientes.

Por sua vez, a Itaú Asset Management, subordinada à WMS, mantém uma estrutura nas quais as atividades de supervisão e controle estão claramente definidas e integralmente segregadas da tesouraria e de outras áreas que possam representar conflito de interesses, propiciando-lhes uma adequada independência.

As responsabilidades sobre cada aspecto do negócio estão claramente definidas pela:

Segregação comercial por segmento de mercado,

Independência entre gestão comercial e gestão de carteiras,

Separação entre as atividades de gestão de carteiras e de back office, e

Atuação independente das Superintendências de Gestão de Riscos Asset (SGRA), de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIRO WMS) e de Compliance Atacado (SCA) das áreas de negócios e potenciais geradores de riscos;

Segregação física e de Sistemas.

Em 2016 foi publicada política específica sobre o tema chamada Política de Segregação DGA.

8- Toda a decisão de investimento passa pelo compliance? A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

1. Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
2. Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
3. Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

- Identificação, captura e registro de eventos de riscos;
- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles priorizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.
-

9- Caso haja uma posição contrária do compliance, quem determina a efetivação da posição?

A estrutura de Controles Internos e Compliance é independente das áreas de negócios, produtos e serviços, reportando-se diretamente para a Área de Riscos e Finanças do Grupo Itaú Unibanco.

10- Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão? Existe alguma consultoria que auxilia esse processo?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente, com base na última posição disponível do Fundo ou Carteira. Há três níveis de alerta em relação à utilização dos limites de risco:

- Alerta 1: utilização entre 70% e 85%
- Alerta 2: utilização entre 85% e 100%
- Alerta 3: utilização acima do limite

Quando o nível de utilização de risco atinge as bandas do Alerta 1 ou 2, a informação é enviada ao gestor para ciência. Se caso a utilização de risco exceder o limite, o Alerta 3 é registrado em sistema de controle. O Gestor deve justificar o desenquadramento e apresentar plano de ação para o reenquadramento. Os alertas são analisados pela SGRA, assim como a justificativa e o plano de ação informada pelo gestor.

Nos casos de desenquadramentos legais em fundos administrados pelas empresas do grupo Itaú Unibanco, a CVM também é comunicada, observando-se aos prazos definidos pela regulamentação para enquadramento e comunicação.

A IAM possui sistemas de riscos proprietários e de terceiros.

11- Se existe, como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios.

Este tipo assunto é tratado no Código de Ética Corporativo e pelo Código de Conduta da Wealth Management & Services (WMS). Caso algum colaborador tenha interesse em participar em outros negócios, serão submetidos ao Comitê Integridade e Ética, que irá deliberar sobre tal possibilidade.

12- A gestora possui consultoria jurídica? Própria ou de terceiros?

O Itaú Unibanco possui uma estrutura própria para tratar as questões jurídicas.

13- Aonde fica o dinheiro da tesouraria da instituição?

Os recursos próprios da instituição são geridos por outro departamento totalmente segregado, inclusive fisicamente, das áreas responsáveis por gerir recursos de terceiros.

Fundos

14- O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

15- Onde fica o servidor de armazenamento de informações? Existe redundância? Plano de continuidade de negócio?

O Itaú possui o Programa de Continuidade de Negócios que tem por objetivo se antecipar e responder em um nível aceitável a eventos que possam interromper suas atividades essenciais. Ele estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes.

Além de possuir Data Centers próprios, o Itaú Unibanco conta com armazenamento em nuvem.

Abaixo estão as descrições/características dos planos existentes:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de seu data center primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos pré-estabelecidos;
- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzir suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente;
- Plano Contingência Operacional: Alternativas para execução de processos críticos, sejam elas alternativas sistêmicas, processuais ou resposta a emergências.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes, cuja periodicidade varia conforme o plano, sendo realizado, minimamente, anualmente.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o Programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (BIA): avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio;
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios utilizados pelo Itaú Unibanco estão localizados.

Adicionalmente a instituição conta com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises implantado de forma corporativa, que visa gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de seus processos perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

16- O fundo sofre ou já sofreu auditoria externa? quem?

Sim, o fundo sofre auditorias externas que atualmente são realizadas pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

17- Como é feito o processo de decisão de investimento?

O processo de investimento inicia-se com a geração de ideias através de uma disciplina de reuniões diárias, semanais e mensais. As reuniões são desenhadas para cobrir diferentes aspectos do processo de investimento como seleção de papéis, posicionamento tático, gestão de risco e cenário macro. Combinamos análise fundamentalista com visão top-down integrada entre os times de gestão Brasil e Nova Iorque. Deste modo, a análise das empresas tem um foco em bottom-up onde avaliamos a dinâmica (qualidade dos fundamentos), valuation (avaliação de preço) e sentimento de mercado para cada papel, considerando também as perspectivas do cenário para os setores na decisão de investimento. A construção do portfólio

se baseia em uma classificação dos investment cases de acordo com grau de convicção, considerando correlação esperada entre as posições. A escolha de instrumentos e tamanho das posições é feita de forma que portfolios tenham uma exposição homogênea entre os fatores de risco ao longo do tempo. No processo de gestão de risco, ocorre uma reavaliação diária do portfólio com formalização de pontos de entrada, saída, stops e pontos de reavaliação. Adicionalmente, limites de risco, stress e liquidez são monitorados por uma equipe independente

18- Quem são os profissionais envolvidos no processo de gestão do fundo?

A equipe Dunamis é atualmente formada por 10 profissionais com ampla experiência de mercado e na Itaú Asset Management.

19 – Existe um limitador para a estratégia do fundo? Volume, quantidade de cotistas?

A capacidade da estratégia é definida e reavaliada de forma periódica em comitê interno. Considera-se a liquidez do mercado, o prazo para o resgate e a capacidade da gestão de obter uma performance diferenciada na geração de alpha.

20- Qual é o Turn-Over da carteira do fundo?

Por se tratar de uma estratégia de renda variável ativa, o turnover das posições é considerado alto.

21- O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

O Fundo nunca esteve fechado para aplicação.

22- Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

As carteiras são disponibilizadas nos canais eletrônicos respeitando a defasagem da estratégia dos gestores. Dunamis: D-30

Gestão de Riscos e Controles Internos

23- Possui política de gestão de riscos? Qual o setor responsável e como ele é estruturado?

A SGRA é área independente de risco do Itaú Unibanco responsável pelo desenvolvimento e implementação dos modelos de risco de mercado, liquidez, precificação e pela análise, controle e monitoramento do risco dos produtos oferecidos pela Itaú Asset Management, que está sob a diretoria de Capital, Risco de Mercado e Liquidez liderada por Tatiana Grecco.

24- De que forma são executados os procedimentos de gestão de riscos?

A utilização do limite de risco é calculada diariamente com base na posição de fechamento do Fundo. Há três níveis de alerta reportados: alerta 1 utilização entre 70% e 85%, alerta 2 utilização entre 85% e 100% e alerta 3 utilização acima do limite.

Os alertas 1 e 2 são reportados pela área de Risco para a ciência da gestão via e-mail. No caso do alerta 3, adicionalmente ao e-mail, o apontamento é cadastrado no sistema de follow up de desenquadramentos. A gestão deve preencher no sistema a justificativa para o estouro do limite e apresentar um plano de ação para a sua adequação ao mandato. As informações são analisadas pela área de Risco, que concordando com os argumentos passará a acompanhar o prazo dado para a regularização do limite. A área de Risco tem a decisão final sobre a zeragem do Fundo caso julgue necessário.

25 - Quais os controles internos institucionalizados? Existe pessoal ou setor específico para esta área?

Sim. O modelo operacional da gestão de riscos e de controles do Itaú Unibanco S.A. está inserido no conceito de “linhas de defesa”, praticado no Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A., que é organizado em etapas claramente definidas, conforme demonstrado abaixo:

- Áreas de Negócios – 1ª linha de defesa;
- Controles Internos e Compliance – 2ª linha de defesa;
- Auditoria Interna – 3ª linha de defesa.

Como principais responsabilidades da 2ª linha de defesa, podemos destacar:

Controles Internos e Risco Operacional

Identificação, captura e registro de eventos de riscos;

- Avaliação do ambiente e acompanhamento dos planos de ação, política específica na Itaú Asset Management para os riscos e controles prioritizados, com testes e indicadores;
- Coordenação do processo de certificação das Demonstrações Financeiras para efeito da Lei Sarbanes Oxley (SOX);
- Validação dos controles para certificação de Basileia;

Compliance

- Canal de comunicação com órgãos reguladores no Brasil e Exterior, incluindo atendimento às fiscalizações e monitoramento de envio de informações;
- Monitoramento do ambiente regulatório e avaliação de impactos nos processos, alinhado ao Jurídico;
- Garantia da aderência às normas externas e às políticas e procedimentos internos.

Governança

- Coordenação dos Comitês Setoriais e Superior de Riscos e Compliance, fóruns para reporte e tomada de decisão;
- Governança de aprovação de produtos e processos;
- Cultura;
- Disseminação da cultura de controles internos e compliance na organização, por meio de programas de capacitação de conscientização;
- Apoio a áreas executivas em seus processos de auto-avaliação e priorização dos riscos.